

O MUNDO DO TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

*Cláudia Forte**

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir as transformações ocorridas no mundo do trabalho diante de um dos fenômenos mais inquietantes de nosso século: a globalização. Propõe-se a reflexão de suas implicações dentro da lógica capitalista e ainda busca-se refletir sobre as mudanças exigidas em nosso modo de encarar os trabalhadores, para que possamos estar de fato inseridos no processo da globalização e não apenas assistirmos à sua passagem.

Palavras-chave

Trabalho, capitalismo, globalização, educação, tecnologia, desemprego e exclusão.

Introdução

O Mundo do Trabalho e nele, especificamente, o mundo dos “recursos humanos”, durante décadas inquie-

* Cláudia Forte é graduada em Administração de Empresas pela Faculdade São Luís, pós-graduada em Administração Industrial pela USP e mestranda em Administração na PUC-SP; atualmente ocupa o cargo de gerente de negócios no Banco Safra.

tou-se com os trabalhadores, tomados, porém, mais ou menos como massa anônima. O desafio era procurar adaptá-los a certas exigências impostas previamente pelo mercado, pela empresa dentro do mercado, pela política econômica vigente etc. Agora, o desafio é inquietar-se também com indivíduos. Mas exige-se uma mudança significativa no modo de encará-los.

O indivíduo no mundo do trabalho é uma realidade emergente. À primeira vista, poderia parecer que se trata de uma simples fragmentação daquela massa anônima, uma focalização nova sobre cada um de seus átomos: o indivíduo como exemplar de uma série. Mas não. Não só isso. Em ambientes pós-tayloristas e pós-fordistas, quando se olha para o indivíduo trabalhador, começa-se a olhar para uma realidade complexa. O indivíduo trabalhador tende a ser visto como um núcleo de problemas singulares e, ao mesmo tempo, um núcleo de potencialidades singulares para a solução de problemas.

Impossível não se ater às modificações que já estão ocorrendo nos modos de propriedade, produção e trabalho. A grande questão é se as novas modalidades não recairão na perversidade e na insustentabilidade que, historicamente, caracterizam os modelos econômicos passados e os que estão em vigor.

Diante dessas considerações, chega-se à necessidade de examinar as raízes culturais da noção de prosperidade e de produção, e das relações sociais e políticas ligadas ao trabalho.

A busca da sustentabilidade e de modelos equitativos, humanos e dignos é, sem dúvida, nosso grande desafio para o próximo século.

Breve retrospecto do capitalismo e suas crises

A crise por que passa o capitalismo neste fim de século, a manutenção das profundas desigualdades, agora ampliadas entre os hemisférios Norte e Sul, e o tormento do aumento exponencial do desemprego estrutural, precarização do trabalho sob a denominação de flexibilização e a emergência da sociedade dos três terços (Alliez, 1988), põem “o rei a nu” e mostram que os críticos do capital humano tinham razão.

O balanço não é nada promissor. Trinta anos depois da disseminação da teoria do capital humano, nada do que foi postulado efetivou-se — a possibilidade da igualdade entre nações e entre grupos sociais

e indivíduos, mediante maior produtividade; maior competitividade e equilíbrio entre grupos e indivíduos; ascensão na carreira profissional e mobilidade social.

Na década de 80 e no início da década de 90, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época do entre-guerras, que a Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto e luxo abundante, em meio a rendas cada vez mais limitadas e despesas ilimitadas de Estado. (Hobsbawm, 1995:19).

Esta crise seria igual às outras e, portanto, logo adiante voltaríamos a uma nova Era de Ouro, agora sob as promessas da globalização?

Eric Hobsbawm conclui que não podemos continuar dentro da lógica nem do passado e nem do presente do capitalismo, por ser este um sistema para o qual *os seres humanos não foram eficientemente projetados*. A continuidade desta lógica somente se manterá mediante o aumento da destruição do meio ambiente, destruição e esterilização do trabalho e aumento da exclusão.

O capitalismo avançado enfrentou, nos anos 70, três processos associados que derrubariam a “*revolução das expectativas e dos valores*” mencionada pelo autor de Prometeu Desacorrentado: *estagnação, desemprego progressivo e inflação acelerada*.

As esperanças da Era de Ouro do breve século XX acabaram quando suas promessas aparentemente ilimitadas chocaram-se com uma nova e implacável realidade; tão nova e implacável que, para descrevê-la, os economistas recorreram a um termo que até então era desconhecido: estagflação. Nas palavras de Hobsbawm (1995:393): *a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise*.

Durante os anos compreendidos entre 1950 e 1973, a economia mundial experimentou um espetacular crescimento. Depois das sombrias fases de involução econômica como produto das experiências bélicas e dos efeitos arrasadores, em algumas regiões, da grande depressão de 1929 a 1933, a prosperidade material pareceu atingir um nível quase milagroso e uma extensão aparentemente ilimitada. O PIB mundial chegou a crescer a uma média anual de 4,9% no contexto de uma não menos impressionante expansão do comércio internacional marcada por

uma surpreendente variação no volume de exportações de mercadorias que atingiu um conjunto importante de dados que ilustram algumas das tendências fundamentais desta Era de Ouro.

Através da globalização econômica, política e cultural, e da abertura dos mercados, somos integrados, a partir de interesses externos, ao mercado internacional, em que está em curso um processo mais geral de reestruturação do capitalismo e da produção, na busca de um novo padrão de desenvolvimento. Harvey (1992:140) fala das oscilações e das incertezas da vida social e de um novo regime de acumulação, a “acumulação flexível”, que se confronta com o modelo fordista e “se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo”.

A distância entre os países que querem se tornar *fit* (eficientes) e aquelas sociedades que já estão *fat*, não diminuiu. Frederich List estabeleceu a ‘*regra da esperteza*’, *pela qual, uma vez no topo, destrua a escada por meio da qual este foi atingido para que o outro não tenha como nos seguir...* (apud Alvater, 1995:22).

Exército dos excluídos pode ser chamado de reserva?

O chamado exército reserva não é um grupo estático ou constituído o tempo todo pelas mesmas pessoas. Ao contrário, algumas saem dele e se reempregam, enquanto outras perdem o emprego e entram nele. Trata-se, portanto, de um fenômeno com dimensões de fluxo e estoque ao mesmo tempo: *para cada indivíduo, há um fluxo de duração finita, enquanto para a sociedade é um estoque de duração praticamente infinita.* (Bell, 1984:37)

O desemprego estrutural deste fim de século demarca não apenas o aumento do exército reserva, mas especialmente o excedente de trabalhadores, ou seja, a não necessidade, para a produção, de milhares de trabalhadores, sob a vigência de relações de propriedade privada. Isto significa aumento da miséria, da fome e da barbárie social.

A crise do trabalho assalariado, entendida como o aumento exponencial do desemprego estrutural e precarização do trabalho, constitui-se um dos problemas políticos e psicosociais mais agudos da história humana e, ao mesmo tempo, explicita uma das contradições mais profundas deste final de século. A classe trabalhadora que sempre lutou pela redução da jornada de trabalho e liberação do tempo livre empe-

nha-se, hoje, com desespero, para manter-se empregada, mesmo às custas da perda de direitos duramente conquistados.

A defesa que se sustentava ao difundir a ideologia de que o investimento no capital humano permitiria aos países subdesenvolvidos desenvolverem-se e, aos indivíduos, a garantia de melhores empregos, maior produtividade e, por essa via, mobilidade e ascensão social, fracassou. E agora?

A luta pela manutenção da vida é o que move a grande contingência de excluídos. No entanto, se de um lado no cenário internacional, em que o desemprego se apresenta como problema crucial do fim do século, as iniciativas econômicas populares não podem ser descritas como uma estratégia política, de outro, sendo uma das manifestações dos movimentos sociais, elas também não podem ser descritas como “apolíticas”, pois se reduzimos as complexidades das motivações e das condutas humanas ao estímulo primário da miséria, reduziremos o homem ao homem econômico.

Crises do paradigma marxista

As crises do paradigma marxista, então, sempre ocorreram exatamente nos momentos em que seu objeto de estudo fundamental — o capitalismo como sistema — parecia estar mudando de aparência, ou passando por mutações imprevistas e imprevisíveis. Uma vez que a antiga articulação da problemática já não corresponde a essa nova configuração de realidades, há uma grande tentação de se concluir que o paradigma — seguindo a moda Kuhniana nas ciências — foi derrubado e ultrapassado, e a implicação disso é que se torna necessário formular um novo paradigma. (Jameson, 1994:66-7)

Cabe salientar que reconhecer a crise do marxismo não significa endossar as teses de seu fim e da necessidade de substituí-lo por outros paradigmas, dentro da perspectiva Kuhniana ou, mais enfaticamente, pelas teses pós-modernas ou pós-estruturalistas sobre a ciência. Ao contrário, significa reafirmar sua pertinência e necessidade histórica.

(...) se você realmente lê o manifesto comunista de 1848, ficará surpreso com o fato de que o mundo, hoje, é muito mais parecido do que aquele que Marx predisse em 1848. A idéia do poder capitalista dominando o mundo inteiro, como também uma

sociedade burguesa destruindo todos os velho valores tradicionais, parece ser mais válida hoje do que quando Marx morreu. (Hobsbawm, 1997:2).

Talvez jamais tenha sido tão atual a seguinte afirmação de Marx e Engels, cuja publicação completou 150 anos em 1998:

Tudo o que é sólido se evapora no ar, tudo o que era sagrado é profano, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações como espécie. A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. (apud Laski, 1982).

A sociedade burguesa é muito estreita para conter suas próprias riquezas. E como a burguesia vence estas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade das forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela intensa exploração dos antigos. Portanto, prepara crises mais extensas e mais destrutivas, diminuindo os meios de evitá-las (Marx, 1848, *apud* Laski:97, 99).

A utopia de se tornar primeiro mundo

Nos dias atuais, os desempregados compoem mais de um bilhão de pessoas no mundo e vivem o tempo todo procurando emprego — um tempo que o psicólogo Viktor Frankel qualifica como *existência provisória sem prazo*¹. Qual será o tipo de justiça social em que vivemos atualmente? Baseados em que códigos? Sob que fundamentos?

Assinala-se que o desenvolvimento, dentro da nova ordem (ou desordem) mundial, é profundamente assimétrico e, portanto, é quase utópico, nas atuais relações de poder, pensar que os países periféricos atinjam, com o passar do tempo, o grau de desenvolvimento dos países centrais. O que percebemos nitidamente é um ajuste dos primeiros aos interesses dos segundos.

(...) Mas no Primeiro Mundo, a globalização inverteu o sentido da evolução: o desemprego é alto, persistente, a renda se concentra, a pobreza volta a crescer depois de ter quase desaparecido, a exclusão social torna-se cada vez maior, trazendo em sua esteira

1. Painel do Leitor, *Jornal do Brasil*. 06/08/1997, p. 3.

a xenofobia, racismo e neofascismo. O Estado de Bem-estar Social vai sendo corroído, através do corte do gasto social do governo, que resulta da redução ampla dos impostos diretos que recaem sobre as camadas privilegiadas. Nos EUA, o emprego diminui menos mas perde qualidade: cada vez mais trabalhadores são privados dos direitos legais e contratuais atribuídos aos assalariados formais; na Europa, o poder remanescente dos sindicatos e partidos trabalhistas, social-democratas ou socialistas preserva a qualidade do emprego em maior grau mas em compensação o grande capital investe menos e o desemprego é mais alto. (Singer, 1996:9).

Num contexto de crise endêmica de desemprego estrutural, de uma nova (des)ordem mundial, com a configuração da geografia humana em blocos econômicos com poder e realidades objetivas assimétricas e a conseqüente divisão de incluídos, precarizados e excluídos, *uma lógica que transforma a dupla trabalho-ausência de trabalho num matrimônio inseparável* — argumenta Pablo Gentili (Frigotto, 1998), desfaz-se a promessa integradora e a função econômica atribuída à educação passa a ser empregabilidade, o que significa, nem sempre declarada e por alguns defendida, ênfase à formação para o desemprego.

O paradoxo do crescimento do conhecimento e da capacidade de produzir riqueza e a incerteza sobre a própria sobrevivência do ser humano face ao não acesso aos meios básicos de vida (alimentação, trabalho, saúde e educação), tomando como base e eixo de análise o trabalho flexível, evidencia a fragilidade e a precarização do trabalho na crise estrutural do desemprego. Assim, podemos analisar a problemática da formação profissional, indagando: o que significa preparar para o trabalho enquanto inserido no processo de globalização e de avanço tecnológico em velocidade a cada dia mais alucinante? Que tipo de conhecimento e para que tipo de trabalho? Baseados em que fundamentos éticos?

Diante desta realidade, torna-se impossível não vir à tona um dos temas mais conflitantes da atualidade, difícil e repleto de contradições, e que desafia a todos que lutam por formas societárias de caráter socialista: como se organizam os desempregados, precarizados e “supérfluos” aos que se apresentam inseridos nos planos econômico, cultural e educacional? O fim da idade de ouro do capitalismo e a realidade crescente do desemprego estrutural, precarização e aviltamento do trabalho assalariado constituem um quadro socioeconômico, cultural e existenci-

al de milhões de trabalhadores que os clássicos conceitos de economia não dão conta.

Que qualidade de tempo livre é o tempo de milhões de trabalhadores, vítimas do desemprego estrutural ou do emprego precário em todo o mundo?

Não se sabe se é cômico ou sinistro, por ocasião de uma perpétua irremovível e crescente penúria de empregos, impor a cada um dos milhões de desempregados — e isso a cada dia útil de cada semana, de cada mês, de cada ano — a procura “efetiva permanente” deste trabalho que não existe. Obrigá-lo a passar horas, durante dias, semanas, meses e, às vezes, anos se oferecendo todo o dia, toda semana, todo mês, todo ano, em vão, barrado previamente pelas estatísticas. Pois, afinal, ser recusado cada dia útil, de cada semana, de cada mês, de cada ano, será que isso constituiria um emprego, um ofício, uma profissão? Seria isso uma colocação, um job, uma aprendizagem? Seria um destino plausível? Uma ocupação razoável? Uma forma realmente recomendável de emprego do tempo? (Forrester, 1997:14)

Crítica ao Capitalismo...

Na verdade, já há algum tempo o capitalismo perdeu a sua função “civilizatória” enquanto organizador impiedoso mas eficiente do trabalho (...) simplesmente para prosseguir existindo, o sistema funda-se cada vez mais no desperdício, na “obsolescência planejada”, na produção de armas e no desenvolvimento do complexo militar. Ao mesmo tempo, o seu impulso incontrolável para a expansão já produziu efeitos catastróficos para os recursos naturais e o meio ambiente. Nada disso impede o sistema de produzir “trabalho supérfluo”, vale dizer, desemprego em massa. Além disso, como para frisar a gravidade de sua crise atual, nos últimos 20 anos o capitalismo vem abolindo todas aquelas concessões que, sob o genérico nome de Estado de Bem-Estar, supostamente justificavam a sua existência. (Singer, 1996:2).

A dimensão mais crucial dos limites do capital e do desenvolvimento capitalista neste final de século é, todavia, o aspecto da destruição de postos de trabalho — síndrome do desemprego estrutural — precarização

(flexibilização) do trabalho, vinculada à abolição dos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Este processo dá-se pela conjugação da globalização excludente, que amplia o desenvolvimento desigual, e pelo monopólio privado da ciência e tecnologia.

O crescente desemprego nestas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhorassem: não voltariam já-mais (...) A tragédia histórica das Décadas de Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos que — direta ou indiretamente — eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 80, pela então predominante teoria do livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outros interesses além do seu próprio, pecuniário. Isso significou, entre outras coisas, que governos e outras entidades públicas deixaram de ser o que se chamou de “empregadores de último recurso.” (Word Labor, 1989:48).

A tal da empregabilidade...

O não-cumprimento da promessa integradora implicou a construção de uma nova esperança, só que desta vez muito mais arriscada para os indivíduos e com um custo social cuja evidência não expressa outra coisa senão a natureza estruturalmente excludente dos novos tempos: a *empregabilidade*.

Mais do que pensar a integração dos trabalhadores ao mercado de trabalho, o desenho das políticas vigentes deveria orientar-se para garantir a transmissão diferenciada de competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar nos exigentes mercados laborais pelos poucos empregos disponíveis. A garantia do emprego como direito social (e sua defesa como requisito para as bases de uma economia e uma vida política estável) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de

inserção que o mercado oferece: *Na era do fim dos empregos, só a competência empregatícia flexível do indivíduo pode garantir sucesso no mundo das relações laborais.* (Rifkin, 1996:65).

Seria esta a nova “chave de ouro” para que os países historicamente desiguais se ajustassem ao mundo globalizado e à reestruturação produtiva de forma soberana e original, e mediante este ajuste retornar à política de “pleno emprego”? Já não há tantos empregos, resta a promessa da flexibilidade, da *empregabilidade*. Mas o que vem a ser esta promessa?

(...) Uma bela palavra soa nova e parece prometida a um belo futuro: ‘empregabilidade’, que se revela como um parente muito próximo da flexibilidade, e até como uma de sua formas. Trata-se, para o assalariado, de estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino, no caso, dos empregadores. Ele deverá estar pronto para trocar constantemente de trabalho, mas, contra a certeza de ser jogado “de um emprego a outro”, ele terá uma “garantia razoável”, quer dizer, nenhuma garantia de encontrar emprego diferente do anterior que foi perdido, mas que paga igual. (Forrester, 1997:118)

Será o desemprego necessariamente um mal?

De acordo com os dados da OIT, no fim do século XX, existia quase um bilhão de desempregados no planeta, isto é, quase 30% de toda a força de trabalho; a Cruz Vermelha Internacional nos relata que existem 802,3 milhões de famintos no mundo, sendo que 67,2 milhões encontram-se na América Latina.

Pensar em todas essas possibilidades nos dá a impressão de que estamos embarcados num grande sistema coletivo de desperdício de potencialidades humanas para o trabalho. Coloca-se em questão também a idéia de competitividade. Não é por acaso que nos paradigmas pós-tayloristas e pós-fordistas se enfatizam as possibilidades de cooperação e solidariedade dentro da empresa (tanto maior, quanto mais fora dela as disputas de mercado se acirram). Mas como realizar isto? Como superar a perversa divisão do mundo entre ganhadores e perdedores que algumas culturas ocidentais estão implantando irreversivelmente dentro das empresas? Os novos paradigmas no mundo do trabalho apostam no contrário.

Para que possamos estabelecer alguns pressupostos acerca das conseqüências do desemprego e, em contrapartida, analisar impactos das tecnologias, não basta apenas compararmos os estoques de desempregados antes e depois de sua introdução; é necessário levar em conta a dinâmica do mercado de trabalho, analisando não apenas o comportamento das empresas partidárias das novas tecnologias, mas as mudanças que ocorrem com as suas subcontratadas, fornecedores e clientes.

Não há dúvida de que muitas máquinas reduzem o número de trabalhadores para produzir a mesma quantidade do produto. Mas concluir que isso seja a causa da diminuição das oportunidades de trabalho é ilusório. Tais oportunidades dependem de inúmeros fatores. Quando as políticas macroeconômicas e os fatores institucionais favorecem, as tecnologias disparam a produção e a demanda. A história mostra que produtividade e emprego sempre andaram juntos.

Em estudo recente, Ducatel (1994:42) assim se refere à interface existente entre tecnologia, instituições e emprego:

As inovações tecnológicas têm um papel muito limitado na determinação dos resultados sobre o nível de emprego. Ao contrário, é a flexibilidade que determina o emprego, as qualificações, os treinamentos e a organização do trabalho... A potencialidade das inovações tecnológicas é amplamente exercida onde as relações se caracterizam pela flexibilidade. Esta é alcançada quando os trabalhadores são capazes e quando empregados e empregadores têm uma atitude menos conflitiva entre si.

As mudanças tecnológicas sempre caminharam mais rapidamente do que as mudanças sociais. As instituições resistem às transformações da tecnologia e só mudam as que não se tornam disfuncionais para grandes parcelas da população. Em outras palavras, as mudanças tecnológicas criam focos de tensão social. As pessoas que perdem o emprego perdem renda e imagem. O desemprego em larga escala compromete o tecido social.

Por sua vez, os empregos dos dias atuais dependem da constante incorporação de inovações. As empresas não podem parar de inovar. Se isso acontecer, o desemprego será mais grave. O trabalho atual depende muito mais de inovar do que de não inovar. Nesse sentido, a tecnologia é a tábua de salvação do trabalho humano. A empresa moderna está sendo desafiada a deixar para trás a rigidez que caracterizou as organi-

zações da época pré-informática e a adquirir o mais depressa possível as virtudes da flexibilidade para poder acompanhar e se adaptar às mudanças dos novos tempos.

Alguns números evidenciam que no setor de serviços, as novas demandas e a criação de empregos mais do que compensam os empregos que são destruídos pela entrada de novas tecnologias. Nos EUA, por exemplo, o setor de serviços respondia por 40% do emprego no início do século. Hoje, ultrapassou a marca dos 82%. Para o ano 2005, estima-se que o emprego industrial e o agrícola caiam para 13% e 2,5%, sendo que os serviços ultrapassarão os 85%. As atividades ligadas à saúde, à educação, ao serviço social, aos idosos, às crianças, à segurança, ao lazer, aos restaurantes e à hotelaria deverão usufruir grande expansão na demanda por profissionais.

O velho dilema: a técnica humaniza ou desumaniza o homem?

Alguns acham que as tecnologias desqualificam as profissões. Outros argumentam que elas as qualificam. Os primeiros vêem as tecnologias como substitutos da educação, pois, afinal, elas nada mais fazem do que incorporar lógica e conhecimentos nas organizações. Os segundos vêem a educação como complemento das tecnologias, de modo que, quanto mais tecnificado é o ambiente de trabalho, maior é o nível de educação requerido.

As tecnologias provocam um envelhecimento das velhas habilidades e criam outras. A criação de novas exigências supera a destruição das velhas. Apenas para citar um exemplo, podemos notar que o setor de tecnologia de informações está repleto de vagas que não são preenchidas, simplesmente por não haver mão-de-obra qualificada, em que é incessante a busca por novos caminhos para alcançar as soluções desejadas.

Dizer que o aumento do desemprego no mundo foi causado pelo avanço tecnológico é tão inadequado quanto afirmar que políticas compensatórias podem resolver todos os problemas gerados pelas tecnologias. Da mesma forma, é impossível afirmar que os problemas de curto prazo possam ser resolvidos por medidas salvadoras por parte do governo ou do setor privado. O processo de destruição criativa (Schumpeter, 1939) deixa várias seqüelas pelo caminho — que não são totalmente equacionadas pelo desenvolvimento que decorre das inovações tecnológicas.

Da mesma forma que inexistiu a escolha entre adotar ou não tecnologias, assim como desapareceu a escolha para se adotar a tecnologia apropriada, para o emprego, a adoção das tecnologias disponíveis é essencial, dada a velocidade do desenvolvimento.

Da mesma forma, inexistiu a escolha entre formular ou não políticas compensatórias. Isso é igualmente crucial. Em todo o mundo, as empresas inovadoras obtêm vantagem competitiva em relação às que não inovam. Com base nisso, expandem a sua produção e, quando têm instituições flexíveis, evitam o desemprego.

O Brasil está muito longe dessa estratégia. A nossa trajetória de crescimento tem sido marcada pela desarticulação das peças-chave no processo de desenvolvimento. Grande parte dos problemas de emprego seria resolvida com a melhoria da educação geral, da formação profissional básica e da flexibilização da legislação trabalhista — atividades que, no conjunto, dependem de um esforço coordenado entre governo e associações privadas.

Os efeitos negativos mais citados pelos que vêm a flexibilização como sinônimo de precarização são o aumento da rotatividade e a redução da segurança no emprego. As pesquisas não apóiam essa hipótese. Nos EUA, o tempo médio de empresa aumentou nos últimos 20 anos, tendo chegado a 6,5% anos em 1996.

No mundo da globalização do trabalho...

Para poder buscar outros caminhos é necessário reconhecer, conforme Giddens (1998) tem apontado, que “Globalização” não se refere ao movimento de capital — capital sempre foi globalizado e nunca teve dificuldades de cruzar fronteiras — e sim ao rompimento do contínuo de espaço e tempo. Feita esta distinção, é interessante notar o quanto o novo capitalismo internacional, que tanto os nossos governantes mistificam, é parecido com o velho capitalismo de ruptura.

Tudo indica que o mundo terá menos empregos e mais trabalho nas modalidades de subcontratação, terceirização, projetos, tele-trabalho, células de trabalho etc. O avanço tecnológico nos permitirá abandonar a relação de subordinação característica dos empregos convencionais e adquirir a liberdade, a marca do trabalho moderno.

No mundo da globalização do trabalho, o que conta é a capacidade das pessoas para resolver problemas. Quem for capaz de fazer isso

terá muito trabalho. Nesse mundo, pouco adiantarão as credenciais e os diplomas, o que conta é a capacidade do candidato. O domínio do conhecimento será essencial. Não basta ser educado. Será essencial ser bem educado e dominar adequadamente as técnicas do seu ofício. Aliás, a própria noção de profissão será ampliada. As profissões tamanho único têm seus dias contados. Os seres humanos valerão pela sua capacidade de combinar assuntos correlatos. Será decisivo conhecer bem as famílias profissionais, ou seja, os diversos ramos da sua profissão.

Considerações finais

As conseqüências sociais da revolução tecnológica estão por acontecer. Os seus efeitos mais profundos serão sentidos só nas primeiras décadas do próximo milênio e, até lá, o Brasil terá de estar preparado. Para nós, há duas alternativas: ou educamos aceleradamente a nossa gente e passamos a competir com eficiência, ou convencemos os nossos concorrentes a deseducar seus povos e parar de competir. É, a saída é uma só: educar. Educar mais e, sobretudo, educar bem.

Uma evidência palpável: o mundo do trabalho está se alterando com uma rapidez inédita em comparação com a agilidade de nossas estruturas habituais para acompanhá-lo; outra evidência: essa alteração dá-se em ritmos, circunstâncias e proporções diferentes no interior das economias globais e, nestas, remete-se à singularidade de cada setor ou empresa específica.

A segunda evidência é que vai exigir de nós a concentração de esforços especiais para a adoção de mecanismos de superação dos impasses e obstáculos oriundos dessa nova realidade. Para tanto, é necessário levarmos em conta alguns pontos que delimitam fronteiras de uma atitude propositiva e não simplesmente reativa:

- a) as transformações do Mundo do Trabalho não são decorrência de uma fatalidade; resultam da escolha por um modo de organização da produção apoiada em conquistas tecnológicas exuberantes e que, nem por isso, deixam de gerar problemas. A saída, então, não está, evidentemente, em abandonar as conquistas, mas na ampliação de seus beneficiários; aceitar a inexorabilidade dos transtornos e oferecer apenas políticas compensatórias imediatistas é abrir mão de sua solução;

- b) em relação à formação profissional, temos hoje dois públicos: os que já estão trabalhando e os que vão começar a fazê-lo. O primeiro é composto por pessoas com muitos anos de permanência no antigo Mundo do Trabalho e oferece, assim, maior dificuldade de requalificação; o segundo tem vivido a crise por intermédio da experiência dos pais e, estando alerta, é mais permeável à aceitação de variações. Portanto, as políticas de formação têm de ser correlatas sem ser idênticas, visando contemplar as especificidades das condições de entrada, permanência, saída, e re-inserção no mundo do trabalho;
- c) competência é uma condição coletiva e temporal, isto é, pode ser compartilhada e não se finaliza; deste modo, desponta intensamente a exigência de as empresas deixarem de se constituir como organizações *qualificadas* para que se transformem em organizações *qualificantes*.

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentamos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão". (Hobbsbawm, 1995:562).

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”, significa, também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; transformá-las, portanto, em bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato filosófico bem mais importante e original do que a descoberta, por parte de um gênio filosófico, *de uma verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais*. (Gramsci, 1978:13-14).

A desintegração da promessa integradora expressa, em certo sentido, a desintegração do imaginário liberal que marcou a expansão dos sistemas desde meados do século XIX. Uma promessa que pretendeu radicalizar-se. Sua morte não deve ser festejada. Todavia, diante das condições históricas da exclusão sofrida pelas classes subalternas, não

parece uma boa alternativa ficar cantando o *réquiem* melancólico à escola que nunca foi o que prometeu ser. Mas esse é outro assunto...

Bibliografia

- ALLIEZ, H. *Estilhaços do capital*. In: *Contratempo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- ALTVATER, E. *O preço da riqueza*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- BALTAR, P. E. de A., DEDECCA, C. S. et alii. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, año 2, n. 2, 1996.
- BEJZMAN, I. Degradação. In: Painei do leitor, *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06.08.1997, p. 3.
- BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: Cultrix, 1973.
- CASALI, A. (org.). *Empregabilidade e educação — Novos caminhos para o mundo do trabalho*. São Paulo: Editora da Puc-SP — EDUC, 1997.
- FORRESTER, V. *O Horror Econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.
- FRIGOTTO, G. (org.). *Educação e crise do trabalho — perspectivas de final de século*. São Paulo: Vozes, 1998.
- GIDDENS, A. *Política, Sociologia e Teoria Social — Encontro com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1998.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HARVEY, D. A. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HIRATA, H. *Da polarização das qualificações ao modelo da competência*. In: FERRETI, C., RIBAS, D., MADEIRA, F., FRANCO, M. L. (orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação. Um debate multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos — O breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *História*. Entrevista com Eric Hobsbawm. *Jornal O Estado de S. Paulo*, Caderno especial, 24 de agosto de 1997, p. 2.
- JAMESON, F. *Espaço e Imagem — Teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- _____. *Pós-modernismo — a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- MARX, K. O manifesto comunista. In: Laski, H. J. *O manifesto comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- OLIVEIRA, C. A et alii (orgs.). *O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século*. Campinas: CESIT, 1994.
- PASTORE, J. *O Desemprego tem cura?* São Paulo: Makron Books, 1998.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1996.
- SINGER, P. *Desemprego: uma solução não capitalista*. Revista Teoria & Debate, n. 32, jul/set, 1996.
- SCHUMPETER, J. *Business Cycles: A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the capitalist Society*. New York: MacGraw Hill, 1939.

e-mail da autora: mcforte@terra.com.br

